

Os Annales, as geografias modernas e a importação de ideias e conceitos geográficos de espaço pela história: *interditos de naturalização e fragmentação*¹

The Annales, modern geographies and the importation of ideas and geographic concepts of space through history: problems of naturalization and fragmentation.



FAVATTO, Barthon*

 <https://orcid.org/0000-0002-6497-5785>

RESUMO: O artigo busca reconstituir o itinerário de importação de ideias e conceitos de espaço e de espacialidades da geografia moderna pelos Annales, especificamente, as convergências realizadas pela primeira e segunda gerações da corrente historiográfica francesa com as geografias nacionalistas de Paul Vidal de La Blache e Friedrich Ratzel. A proposta analisa de maneira concomitante e através do enfoque da teoria da história os dois principais interditos que essas noções e conceitos de espaço e de espacialidades comportam: a) o de naturalização; e, b) o de fragmentação do espacial. E, mais além, observa os impactos e limites da manutenção desses instrumentais teóricos ao ofício do historiador no século 21.

PALAVRAS-CHAVE: espaço; história; geografia; conceitos; Annales; Fernand Braudel.

ABSTRACT: The article seeks to reconstruct the itinerary of importation of ideas and concepts of space and spatialities from modern geography into the Annales, specifically, the convergences made by the first and second generations of the French historiographical current with the geographies of Paul Vidal de La Blache and Friedrich Ratzel. The proposal analyzes simultaneously and through the approach of the theory of history the two main prohibitions that these notions and concepts of space and spatialities entail: a) naturalization; and, b) fragmentation. And, furthermore, it observes the impacts and limits of maintaining these theoretical instruments for the historian's craft in the 21st century.

KEYWORDS: space; history; geography; concepts; Annales; Fernand Braudel.

Recebido em: 06/03/2024
Aprovado em: 04/06/2024

¹ Artigo resultado da Tese de Doutorado em História, defendida em 2022, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Univ. Estadual Paulista (UNESP), campus de Assis, e intitulada *Milton Santos, o espaço e as rugosidades: contribuições da Geografia Renovada à História*. O artigo comporta partes modificadas do primeiro e do segundo capítulos com inclusões de posteriores observações, aprofundamentos e considerações. A tese encontra-se disponível no repositório institucional de teses e dissertações da UNESP, no seguinte endereço: <https://repositorio.unesp.br/items/2be5654b-4a99-46ec-b019-4d566b01c427>.

* Doutor em História pela Univ. Estadual Paulista (UNESP), Brasil. Professor-investigador da Escuela de Ciencias Sociales y Gobierno do Tecnológico de Monterrey, México. E-mail: barthonfavatto@tec.mx



Introdução

“O que há de inquieto, o que suscita inquietação, quando pensamos e escrevemos a história?” O questionamento levantado por esse dossiê da *Faces da História* interpõe-se na ordem do dia, impulsionando-nos enquanto historiadores do século XXI a revisitar cânones, reavaliar posicionamentos teóricos e refletir sobre os caminhos da disciplina história. Nesse sentido, na miríade de temas que merecem atenção desde a história e dos historiadores – sobretudo, desde a perspectiva da teoria da história – encontra-se, não é novidade, o das contribuições e empréstimos de conceitos de outros campos disciplinares. Sabe-se que, como bem enfatizou Paul Veyne (1998, p. 103), “a história não fala por *hápax*, ela se exprime por conceitos [...]” que instrumentalizam ao artífice historiador a “descrição do individual através dos universais” (Veyne, 1998, p. 104).

O conceito está para a história, bem como para as demais ciências sociais, tal qual as equações para as ciências duras. Um conceito pode ser, descrever ou expressar a um só término: um objeto, um fenômeno e uma categoria analítica. Por intermédio de conceitos, realiza-se a identificação, a nomeação e a compreensão de fenômenos e de sua totalidade. Como categorias analíticas: sustentam e refletem desde estruturas internas a própria ontologia (Cf. Santos, 2017, p. 23) do campo disciplinar. Instrumentos imprescindíveis porque capazes de impulsionar verdadeiras revoluções paradigmáticas. É de R. Koselleck (2012, p. 30, T.L.A.)² a constatação de que “Compreender algo, ser capaz de concebê-lo significa de um modo bem concreto que o uso da linguagem faz do homem um ser vivo poderoso”. Um ser vivo capaz de significar e ressignificar o mundo, tornando as experiências concretas do cotidiano, do ordinário, visíveis e inteligíveis. Inteli-visíveis, no caso.

A aquisição de conceitos de outras disciplinas é uma realidade no horizonte científico. Realiza-se, por um lado, como movimento daquilo que Peter Watson (2018) denominou de *convergências*.³ De outro, como bem delineou P. Bourdieu (1989), conforma-

² Utiliza-se no presente artigo as siglas T.L.A. (Tradução Livre do Autor) toda vez que um fragmento foi traduzido pelo autor do artigo de uma edição em idioma estrangeiro para a Língua Portuguesa.

³ A *convergência* diz respeito aos movimentos de influência e interferência que uma disciplina ou campo do saber-fazer opera em sua dinâmica com outros campos ou disciplinas. Essa dinâmica realiza-se muito além das *inter*, *multi*, *pluri* ou *trans* -disciplinaridades. Por vezes, pode operar de maneira coordenada e estruturada, como projeto e/ou intencionalidade. Mas, também, pode ocorrer por vias menos racionalizadas quando um saber emanado de determinado campo se institui socialmente, como um paradigma social precedendo o científico. A vitalidade do conceito de *convergência* reside no entendimento mais amplo da complexa dinâmica entre campos de conhecimento, impingindo uma compreensão mais alargada das influências que uma ciência exerce sobre outra. O conceito implode arraigadas e limitadas compreensões que tendem a reduzir as

se como impulso de delimitação da *região* num horizonte demarcado por acirradas disputas de identidades de campo e de saberes. Sobre esses impulsos de *convergências* e de disputas de domínio do simbólico no âmbito das chamadas ciências sociais, já sentenciava Fernand Braudel (2014, p. 42), em 1958: “as ciências sociais se impõem umas às outras, cada uma tende a compreender o social no seu todo, na sua ‘totalidade’; cada uma invade o domínio de suas vizinhas crendo permanecer em casa”.

No entanto, é sempre válido recordar que antes de se firmar e de alçar algum estatuto de consenso como um conceito propriamente dito, ou categoria analítica, sua faceta mais contributiva, o conceito muitas vezes vem à luz e se instaura dentro de um campo disciplinar ou de uma área do conhecimento como ideia. Ou seja, como uma primeira e incipiente noção do fenômeno. R. Koselleck (2012) aborda esse tema ao tratar do papel das estruturas de repetição linguísticas e do constructo semântico, bem como da correlação conceito e estado de coisas. Por seu turno, P. Veyne (1998) estabelece um liame entre “o vir a ser” e os conceitos, além de discorrer sobre espécies de conceitos. Nesse sentido, quase sempre antes de vir a ser, conceito é palavra. E palavra comunica ideia – ou, noção de. A noção do fenômeno preexiste assim como palavra, mas ainda não é conceito, um termo uno que diz de uma universalidade fenomênica e realiza-se dentro de um campo de conhecimento como instrumento do saber-fazer, adquirindo certo grau de consensualidade.

O conceito de espaço e seus correlatos variáveis – as espacialidades – enveredaram esse caminho. Ideias (ou, noções de) espaço e de espacialidades são anteriores à consolidação a partir do século XIX de cátedras disciplinares que, a fim e a cabo, apropriaram-se do termo – portanto, da ideia –, atribuindo-lhe cada qual com o tempo estatutos e conteúdos próprios como conceito. Nesse rol, encontram-se disciplinas como a geografia, a física e a astronomia, que impingiram conteúdos e compreensões singulares ao conceito de espaço. Autores como José D’Assunção Barros (2017) e Milton Santos (2012) advertem que não há um único conceito de espaço, mas variados conceitos de espaço. Em similar atitude, Y. Lacoste (1977, p. 135) destacou a proliferação de uma gama diversa de representações espaciais a partir da Segunda Revolução Industrial. Representações essas “mais ou menos confusas, que tem alguns vínculos mais ou menos estreitos com diversas

dinâmicas de construção de saberes às óticas da estruturação disciplinar e da via institucional, propondo uma dimensão historicizada ao processo. Portanto, de época e lugar.

práticas” (Lacoste, 1977, p. 135, T.L.A.). Fato é que, tomando como referência a miríade de conceituações de espaço e de espacialidades que emana de cada campo disciplinar, torna-se mais do que pertinente a sentença de Santos (Santo Agostinho, *Apud Santos*, 2012), evocando célebre frase de Santo Agostinho: “Se me perguntam se sei o que é [espaço], respondo que sim; mas, se me pedem para defini-lo, respondo que não sei”.

Espaço e espacialidades como ideias, portanto, remetem-nos de maneira mais longínqua às contribuições dos tratados histórico-filosóficos da Grécia Antiga. Geógrafos como Paul Vidal de La Blache (1954, p. 28-29) e Paul Claval (2006, 23-38) reconheceram ideias de espaço já esboçadas em pensadores como Tucídides, Homero, Heródoto e Heráclito. Claval (2006, p. 61-62) também foi responsável por detectá-las em tratados científico-geográficos por meio de descrições laudatórias da diversidade de paisagens de uma região e pela busca por explicações positivas apoiadas nas ciências naturais para a caracterização de fenômenos ambientais de um determinado lugar. Nesse caso, cita-se, a título de exemplo, as contribuições de Immanuel Kant, Alexander von Humboldt e Carl Ritter.

Entre as ciências sociais, a disciplina geografia é a referência mais emblemática desse processo de transição do espaço como ideia para o espaço como conceito. Certamente, porque foi no interior dessa disciplina que ao longo do século XX foram galgadas as mais ambiciosas transformações no entendimento de espaço: de noção a objeto do campo; do espaço puramente materializado (meio físico) para uma compreensão ampla e multifacetada de espaço (produto e produtor do social; fator-social; etc.); de um espaço esvaziado de tempo para um que também é tempo. Essa reviravolta conceitual, ontológica, foi descrita e matizada por inúmeros geógrafos, entre os quais Roberto Lobato Corrêa (2000), P. Claval (2006) e E. Soja (1993), entre outros. Novamente, José D’Assunção Barros (2017, p. 65) também a esboça, auferindo: “O espaço, nesta [nova] perspectiva, torna-se dinâmico: deixa de ser um compartimento vazio e se apresenta como lugar do mundo; ou, antes, pode-se mesmo dizer que o espaço agora o próprio mundo”. De “viúva do espaço” a geografia finalmente o redescobre como resultado de um longo processo de reestruturação, agora como “objeto” e “conteúdo da disciplina geográfica”, como conferiu Milton Santos (2012, p. 119).

A história não se manteve incólume ao movimento de convergência com a geografia. Aliás, desse “mercado comum”, ao longo da primeira metade do século XX, nossa disciplina

tomou de empréstimo, adaptou e realocou daquela disciplina noções e conceitos de espaço e de espacialidades que continuam enraizados entre os historiadores e na escrita da história no século XXI. Quase que embalsamadas, essas ideias e conceitos deambulam sem quaisquer crivos críticos ou revisões analíticas. Tampouco, salvo algumas raras iniciativas, historiadores de ofício têm se debruçado a questioná-los, repensá-los ou atualizá-los. Enquanto isso, no interior da própria geografia, os conteúdos, as funções e a vitalidade de algumas dessas ideias e conceitos caíram há tempo por terra porque dizem respeito a uma geografia já ultrapassada, superada até. De uma geografia datada e carregada de um forte sentido nacionalista. De uma disciplina geográfica circunscrita a uma acirrada disputa por identidade de campo com outras ciências sociais – entre elas, com a própria história. De uma geografia preocupada em salvaguardar os limítrofes de suas fronteiras, de sua *região* de domínio disciplinar. De uma geografia às voltas com um dilema à época tido como insuperável: fator físico *versus* fator humano. Enfim, de geografias modernas, nacionalistas, às voltas com os grandes temas de seu tempo. Época de uma Europa marcada pela sedução fácil dos nacionalismos, envolta na iminência ou já mergulhadas nos cataclismos das duas grandes guerras, assombrada pela ascensão dos nazifascismos e colapsada pela depressão dos anos 1930.

Por essa razão, o espaço passa a ser pensado como possível conceito – um termo uno, mas com alguma pretensão de universalidade –, no interior da geografia, tardiamente, a partir dos anos 1950, no contexto europeu de reconstrução pós-guerra. Esse giro foi a princípio encabeçado pela nova geografia (Cf. Corrêa, 2000, p. 20; Sposito, 2004, p. 88), tendo como principais epicentros de difusão dessa corrente geográfica os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a Alemanha e os países setentrionais da Europa (Cf. Claval, 2006, p. 103; Lacoste, 1977, p. 93).⁴ No entanto, esse impulso não foi suficiente para elevar o conceito a um patamar de destaque no campo disciplinar. Foram necessárias mais duas décadas para que o espaço galgasse outro *status* na disciplina, como objeto-vivo – ou mesmo, objeto-fim –

⁴ A nova geografia – ou, geografia teórico-quantitativa – surgiu no pós-Segunda Guerra Mundial e serviu como instrumento dos Estados do Norte global de reorganização e dinamização espaciais ao atendimento de interesses governamentais e empresariais. Y. Lacoste (1977, p. 97) aponta que, ao passo que essa geografia aplicada instaurou um conjunto de reflexões e preocupações teóricas no âmago da disciplina geografia, colocando em xeque os postulados das geografias modernas, demasiadamente acadêmicas, ela também buscou constituir-se como uma ciência dura, de forte inclinação matemática, e como impulso de ruptura epistemológica. Nesse sentido, passando a compreender o espaço e as espacialidades como folhas brancas, objetos passíveis da racionalidade dos gabinetes, departamentos acadêmicos e dos interesses econômicos da iniciativa privada.

, e, em alguns casos, categoria analítica. Esse impulso decisivo foi dado com o que E. Soja (1993) conclamou no título de sua obra de reafirmação do espaço e ocorreu com o advento das por ele chamadas “geografias pós-modernas”, nos anos 1970. Entre elas, a corrente da geografia nova.

Nessas geografias pós-modernas – ainda que, aqui, pós-moderno não necessariamente diga sobre uma visão fragmentada da realidade estudada –, o espaço e as espacialidades adquiriram novos contornos e matizes teóricos. Cruzavam no interior da geografia o bojador de estilhaçados fragmentos, quando não mera ideia, ao estatuto de conceito por excelência, capaz de dar conta da amplitude e diversidade dos fenômenos de ordem espacial, bem como das profundas transformações técnico-científico-informacionais do pós-Segunda Guerra Mundial.⁵ As geografias pós-modernas buscaram não somente a compreensão crítica do impacto desses incrementos técnicos na conformação do mundo contemporâneo como em intensidade análoga encontraram na busca por uma definição conceitual do que é espaço a chave e a ferramenta teórica para compreensão analítica dessa outra realidade de reorganização do espacial. Como entoou a canção de Gilberto Gil: o mundo, que antes “era pequeno, porque Terra era grande”, tornava-se perceptivelmente “muito grande, porque a Terra pequena [...] do tamanho da antena parabólicamará”.⁶ Pelas geografias pós-modernas, o espaço – também como conceito – passa a ser uma unidade que diz de uma totalidade, sem subtrair seus aspectos fragmentários.

Na contramão, a história e os historiadores ao largo do século XX de algum modo se contentaram – ainda que não de maneira ingênua ou totalmente despercebida – com ultrapassadas ideias de espaço e conceitos de espacialidades anteriormente importados das geografias modernas. Mantiveram-se fiéis e disciplinados às limitações dessas ferramentas, inclusive, por força dos próprios objetos e recortes temporais. Detiveram-se no impasse do fator físico *versus* fator social. Levantaram trincheiras convencidos de que bastava vociferar que caberia à geografia o espaço materializado e à história povoá-lo com personagens e conteúdo social. Apregoaram-se à tradição, à herança. Pouco ou nada foi desenvolvido ou incorporado, reciclado, no sentido de pensar o espaço e as espacialidades a partir de

⁵ Entre esses incrementos técnico-científico-informacionais que impactaram e modificaram as relações homem-lugar, bem como a própria dimensão do lugar, do que é espaço e das espacialidades na geografia, destacam-se os transportes, as telecomunicações, a produção científica, o mercado financeiro etc.

⁶ Estrofes da canção *Parabólicamará*, do compositor e intérprete baiano Gilberto Gil. A letra trata dos paradoxos instaurados pelo processo verticalizado de globalização e pela difusão da ideia de aldeia global.

entendimentos mais dilatados, que também pudessem dar conta das realidades das sociedades técnico-científico-informacionais. O que esses rudimentares instrumentos podem nos dizer, por exemplo, sobre o espaço virtual? Como podem explicar a complexidade operativa dos negócios transnacionais e do sistema financeiro internacional que incidem de maneira implacável sobre territórios e comunidades em diversas latitudes, em especial no Sul global? Quais subsídios proporcionam no sentido da compreensão histórica operada pelas mudanças climáticas, uma realidade, e, claro, pela lógica do antropoceno?⁷ Pouco ou definitivamente nada? – eis a questão.

O presente artigo não se propõe à nobre porque difícil tarefa de elencar um rol de novos conceitos de espaço geográfico operacionais ao ofício da história. Essa tarefa foi realizada na tese intitulada *Milton Santos, o espaço e as rugosidades: contribuições da geografia renovada à história*, quando analisada a capacidade de adequação e a vitalidade do conceito de espaço geográfico de Milton Santos à disciplina história. Tampouco, o artigo busca responder às anteriores e incômodas perguntas levantadas. O seu sentido político é o de suscitar inquietação. Em seu propósito teórico, postula assentar um ponto de referência em nossa disciplina para uma discussão que urge aos historiadores do século XXI.

Nesse sentido, propõem-se a apresentar o itinerário do movimento de convergência que possibilitou a incorporação daquelas anteriores concepções de espaço e espacialidades importadas das geografias modernas, debruçando-se sobre as fundamentações de ordem teóricas e historiográficas que permitiram suas importação, assimilação e enraizamento ao ofício dos historiadores na primeira metade do século XX. O artigo igualmente discorre sobre o papel fundamental nesse processo das duas primeiras gerações da corrente historiográfica dos *Annales*. E, não menos importante, demonstra a partir de discussões pertinentes ao domínio da teoria da história os interditos dessas ideias e conceitos de espaço e de espacialidades tomadas de empréstimo de geógrafos modernos como Friderich Ratzel e Paul Vidal de La Blache, e, incorporadas e legadas à História pelo *Annales*, com enfoque nos problemas de naturalização e fragmentação, dilatando e aprofundando observações

⁷ O conceito de antropoceno foi introduzido por P. Crutzen e E. Stoermer para designar uma época geológica demarcada pelas ações antropogênicas na superfície do planeta Terra, intensificando-se a partir da Revolução Industrial. Esse conceito rapidamente ganhou projeção em diversas áreas do conhecimento, como entre os historiadores, com a publicação do artigo *The Anthropocene* pela seção *News Letter* da *The International Geosphere–Biosphere Programme (IGBP): A Study of Global Change of the International Council for Science (ICSU)*, em 2000.

anteriores realizadas no âmbito e a partir da disciplina história. A revisitação e os itinerários apresentam-se sempre como as antessalas das possibilidades.⁸

Uma baldeação incômoda, mas necessária: revisitando Châteauvallon

Em outubro de 1985, o Centro Cultural *Châteauvallon*, na França, dedicou um colóquio de três dias em homenagem a Fernand Braudel e à sua obra. Especialmente, *Le Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, cuja primeira edição foi publicada em 1949. Nessas jornadas, intituladas com o nome do homenageado, participaram o historiador italiano Alberto Tenenti, o economista luso-brasileiro Celso Furtado, o geógrafo suíço Claude Raffestin, o sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein, e, claro, o prestigiado historiador francês e discípulo de Braudel, Emmanuel Le Roy Ladurie. Também fizeram presentes a participação de outros acadêmicos e intelectuais de peso, da Europa e das Américas. No mês subsequente o homenageado faleceria aos 83 anos.

O colóquio de *Châteauvallon* imprimiu sua digital na historiografia por homenagear o maior historiador francófono do século XX pouco antes de seu falecimento e por evidenciar inquietantes discussões em torno de aspectos essenciais de sua mais notável obra, correlacionando-os com temas e debates naquele momento em relevo no campo historiográfico e para a *intelligentsia* ocidental. Esses aspectos realçaram a atualidade, a contribuição extemporânea e a pertinência do pensamento braudeliano para uma França, uma Europa e um Mundo que haviam mudado drasticamente nas últimas quatro décadas após o término da Segunda Guerra Mundial. Em medida análoga, a notoriedade do evento não pode ser reduzida somente ao peso dos nomes de seus participantes. Outra emblemática contribuição das jornadas realizadas nos dias 18, 19 e 20 de outubro em Châteauvallon decorreu do acalorado debate travado entre o experienciado e renomado Braudel e o também velho lobo do mar, o geógrafo Étienne Juillard. O último era

⁸ Nesse rol, constituíram pilares fundamentais – entre outras – as observações do historiador e teórico da história brasileiro, José D'Assunção Barros, presentes na obra *História, Espaço, Geografia: diálogos interdisciplinares*. O livro de Barros constituiu uma referência por discutir desde o enfoque teórico-historiográfico alguns efeitos das subdivisões da totalidade espacial e das naturalizações pertinentes, sobretudo, no conceito de região, de P. Vidal de La Blache. Isso não significa, contudo, que discussões similares e igualmente profícuas não foram realizadas por outros historiadores e teóricos da história. Destacam-se, no caso, as contribuições de Dosse, Cardoso Junior e Aguirre Rojas, cujas referências encontram-se no final do artigo.

representante de uma geografia que, nas últimas décadas, tinha avançado de maneira irrefreável no entendimento do ser humano como agente não meramente capaz de transformar, mas de conceber espaço pelo incremento de novas técnicas (Cf. Dosse, 1992, p. 139).

A evidente pauta do embate entre os dois intelectuais não era outra que o espaço. O pano de fundo, concepções disciplinares de espaço, agora distintas porque divergentes. História e geografia, essas “disciplinas irmãs” – como bem as considerou Barros (2017) – haviam publicamente se desacordado, encontrado um nódulo nevrálgico de “divórcio” – tal como salientou Verdier (2010) –, a ponto de Juillard chamar a atenção de Braudel:

O senhor teve a amabilidade, meu caro Mestre, de me fazer chegar às mãos, em manuscrito, o capítulo III do seu próximo livro sobre a França, porque é mais geográfico do que os outros e porque o senhor pensava, sem dúvida, que eu iria, enquanto geógrafo, reagir ao seu texto. O título deste capítulo é deliberadamente provocatório: “Foi a geografia que inventou a França?” Por outras palavras, a França deve a sua identidade a um certo determinismo geográfico? [...] Se o contributo da geografia para o problema da identidade francesa se devesse limitar a precisar algumas características fisionómicas do território, cujo valor explicativo, aliás, não seria negado, seria um contributo bem pequeno. Mas o geógrafo não estuda apenas o espaço visível (Juillard in Chateauballon, 1987, p. 172-173).

No excerto, o alerta de Juillard para o fato de que “o geógrafo não estuda apenas o espaço visível” é deveras denunciativo. Mas, siga-se o passo a fim de não perder de vista o fio da meada. A contenda entre Juillard e Braudel se desenrola e a réplica deste ao geógrafo foi ademais de provocativa, deveras irredutível e taxativa:

Entretanto, vou ter com Etienne Juillard uma discussão de tal ordem que lhe peço que não me responda. Muitos geógrafos, entre os quais Pierre Gorou, que ambos apreciamos, consideram, como você, caro Etienne, que o espaço contém uma experiência humana muito variável. E então dão relevo à experiência humana e esquecem o espaço. Acuso-os de “des-espacializar” a história. Repondo as coisas nos seus lugares, tenho a sensação de devolver à geografia os seus antigos direitos. Isto chama-se, ou não, determinismo (Braudel In Chateauballon, 1987, p. 204).

No excerto, ênfase às menções “Acuso-os de des-espacializar a história” e “devolver à geografia os seus antigos direitos”. Ou seja, o que Braudel considerava como a natureza própria de “determinismo” da disciplina geografia. Segue-se a tréplica de E. Juillard ao provocativo ataque de Braudel:

E vou responder, apesar de tudo. Não me parece nada que tenha “des-especializado”. O que eu quis dizer, e creio que isso basta para condenar o determinismo, é que a significação dos dados espaciais varia, muda em função de todo um arsenal de outros fatores tecnológicos, econômicos, sociais, e por conseguinte não se pode dizer que haja um determinismo do espaço. Existe uma componente espacial de um complexo de fatores e esta componente espacial não é fixa, não é dada de uma vez para sempre (Juillard In Chateauvallon, 1987, p. 205).

É evidente que entre Braudel e Juillard reinava um abismo epistemológico. Ou, como preferiu categorizar Dosse (1992, p. 139), um “descompasso de duas gerações epistemológicas”. De fato, pairava no ambiente uma “incompreensão recíproca”, como referiu Verdier (2010). De um lado, uma incompreensão entre o mais eminente herdeiro de uma corrente historiográfica que ao longo dos anos “ignorou a evolução da própria disciplina geográfica que mais o desencaminhou do que o enfeitiçou” (Dosse, 1992, p. 139) – ainda que essa arriscada sentença seja passível de contestação. De outro, um prestigiado e experiente geógrafo, Juillard, que naquele momento talvez incomprendesse que o reativo ataque de Braudel era menos pessoal, menos voltado aos geógrafos e à disciplina geografia, do que sumariamente existencial. Afinal, como representante maior de uma tradição historiográfica, e como gênio que elevou a geohistória ao patamar de sua própria concepção de história, Braudel também herdara o fardo da missão antes iniciada por Lucien Febvre: a de levar às últimas consequências e a todos os lugares os *combats pour l'Histoire*. Ou melhor, o ideário da história como disciplina salvadora e unificadora – claro, sob o seu domínio – das ciências sociais. Isso porque

Talvez Braudel sentisse vagamente que seu universo histórico estava submerso em uma nebulosa maior, cujos contornos ele não conseguia perceber. Uma das suas últimas palavras, no Colóquio de Chateauvallon, foi afirmar que, no limite, “estaria decidido a sacrificar a história para tentar salvar as ciências humanas” (Péguy, 1986, p. 82).

Dos presentes no debate, o geógrafo Claude Raffestin talvez tenha sido o que melhor compreendeu o que estava em jogo na indisposição entre Braudel e Juillard. “No caso vertente, sou um determinista mitigado” – afirmou Raffestin (In Chateauvallon, 1987, p. 209). E continuou o geógrafo depois da breve interrupção de Braudel: “mas há meios de se escapar aos mais fortes condicionalismos do espaço” (Raffestin In Chateauvallon, 1987, p. 209). Com o que concordou Braudel, complementando: “mas não se pode suprimi-los.” (Braudel In Chateauvallon, 1987, p. 209). O diálogo encerra na missiva, mas ao utilizar a

terminologia “vertente” a fim de justificar o fato de ser “um determinista mitigado”, Raffestin, de maneira tímida, porém elegante e incisiva, declara o que realmente estava em relevo na discussão. Tratava-se menos “de um descompasso de duas gerações epistemológicas” – conforme atribuiu Dosse –, tampouco, unicamente de um “divórcio” entre disciplinas – como anuiu Verdier –, ou então, de maneira unilateral, a submersão de Braudel em uma nebulosa maior, tal qual afirmou Péguy. Todas essas explicações são plausíveis porque comportam verdades, mas a fim e a cabo, isoladas, apresentam-se incompletas. Elas se complementam a fim de reforçar que, entre Braudel e Juillard, entre uma compreensão de geografia e outra, entre uma noção de espaço e outra, entre uma geração epistemológica e outra, o que de fato se instaurava era um poder de *di-visão*, no sentido que atribuiu Bourdieu (1989).⁹

A fala de Raffestin não deixa margem para dúvida dessa *di-visão*. Ao compreender que, pelo enfoque dado por Braudel – o da defesa da história como ciência unificadora –, a discussão não avançaria para além dos limítrofes ontológicos e políticos estabelecidos pelo homenageado. Raffestin entende que qualquer discussão mais convincente de caráter epistemológico resultaria infrutífera. Por outro lado, o geógrafo igualmente fala a seus pares, tranquilizando-os, e, num só passo, também se posicionando a Braudel: sou (ou, somos os geógrafos) à sua consideração determinista(s), porém determinista(s) “mitigado”(s) pelas evoluções da própria geografia. Em síntese, Raffestin compreendeu o tom e as fronteiras estabelecidas por Braudel, mas em sentido análogo se posicionou em defesa de Juillard.

O episódio de *Châteauvallon* é emblemático porque denunciativo do poder de *di-visão* entre essas disciplinas que, pelo menos na França, durante décadas a fio e apesar de alguma rivalidade, caminharam lado a lado na matriz curricular das universidades. No passado, historiadores e geógrafos não somente dividiam departamentos e corredores nas universidades, mas publicações acadêmicas e bancos escolares. Para ser historiador, antes era necessário cursar matérias de geografia. Para ser geógrafo, era imprescindível frequentar aulas de historiadores.¹⁰ Contudo, em *Châteauvallon* o historiador e os geógrafos

⁹ Por *di-visão* entende-se a dupla visão sobre um mesmo fenômeno. Ou seja, imagens descontraídas sobre um mesmo objeto visualizado entre indivíduos ou áreas distintas. Percepções diferentes sobre um mesmo fenômeno.

¹⁰ O geógrafo Paul Vidal de La Blache pode ser tomado como um exemplo desse acercamento curricular entre Geografia e História na França. Quando professor na *École Supérieure des Lettres et Sciences*, de Nancy, La

preconizavam um estranhamento mútuo tendo como epicentro da contenda o ente que ao longo de décadas possibilitou a aproximação acadêmica entre eles: o espaço. Ou melhor, ideias compartilhadas de espaço e de espacialidades. Mas, agora, estava declarado que:

[...] entre os historiadores, as referências aos geógrafos remetem cada vez mais a autores do passado, como Paul Vidal de la Blache ou seus discípulos. Em Braudel, é suficiente ler as primeiras páginas da *A identidade da França* para ver o seu bom conhecimento de Vidal de la Blache [...], e sua cegueira no que corresponde aos geógrafos contemporâneos. [...] Entre os geógrafos, a explicação histórica desaparece progressivamente em benefício da análise espacial, que somente se impõe nos anos 1980 (Verdier, 2010, s/p, T.L.A.).

O conteúdo do excerto é em parte exagerado, mas em parte igualmente factível. Afirmar que havia uma “cegueira” de Braudel em relação aos geógrafos contemporâneos e que “a explicação histórica desaparece progressivamente em benefício da análise espacial” entre os geógrafos é argumento pouco sustentável. Braudel, Raffestin e Juillard frequentavam círculos comuns, e não por acaso estavam presentes em *Châteauvallon*. O próprio Juillard chegou a contribuir nos *Annales* nos anos 1950. No tocante a um suposto desaparecimento da explicação histórica entre os geógrafos, tampouco é crível. O que ocorreu de fato na década de 1970 foi um giro da geografia ao questionamento da própria episteme do campo e porquanto de sua ontologia. Porém, a explicação histórica permanece nessas discussões, diluída não mais em seu evidenciado conteúdo historiográfico, como na geografia histórica que continuou a ser produzida também por geógrafos, mas sim em sua relevância desde fundamentação teórica. O que é, por exemplo, o espaço social de Henri Lefebvre senão uma explicação histórica? O “Efeito de ações passadas” que “permite que haja lugar para determinadas ações, sugere umas e proíbe outras” (Lefebvre, 2013, p. 129, T.L.A.). Ou então, para Milton Santos, para quem o espaço é e contém tempo por suas *rugosidades*? No entanto, a afirmação de Verdier é assertiva e corajosa ao declarar que, em nosso ofício de historiar, o repertório de referenciais entre geógrafos continuou quase que intocável, evidenciando um engessamento a uma geografia do passado que revelou sua importância e contribuição em dado momento frente a determinadas objetividades analíticas. Nesse aspecto, deve-se recordar que mesmo cruzando o Atlântico, a *Environmental History* de Carl Otwin Sauer, herdeira da escola geográfica de Berkeley, não

Blache ministrou aulas no curso de História, que à época naquela instituição pertencia ao curso de História e Geografia da Faculdade de Letras de Nancy (Campos, 2014, p. 420).

esteve ileso a essa influência, tratando-se de um epicentro de difusão de concepções de espaço e de espacialidades emanadas da Europa. Em especial, da antropogeografia de Friedrich Ratzel.¹¹

Configura-se assim, uma dependência quase dogmática dos historiadores contemporâneos às ideias de espaço e aos conceitos espacialidades herdados das geografias modernas, a qual se inclinou Braudel e os *Annales*. Igualmente, por gerações, de um sem-número de historiadores de ofício de França e de alhures, onde as obras de Ratzel e Vidal de la Blache encontraram terrenos férteis, via ou não, capilaridade dos *Annales*. Por essa razão, deve-se retroceder no tempo e percorrer os itinerários que possibilitaram principalmente às duas primeiras gerações dos *Annales* essa incorporação de repertório conceitual, bem como realçar as consequências, as extensões e os interditos dessas heranças, começando pelo entendimento do movimento de convergência operado pelos pais fundadores dos *Annales*, Marc Bloch e Lucien Febvre. E, claro, à posteriori, aprofundado por Fernand Braudel.

Partida: ideias de espaços e concepções de espacialidades das geografias modernas

O espaço geográfico como ideia é anterior ao estabelecimento das escolas geográficas modernas. Mas coube às geografias modernas – também reconhecidas entre os geógrafos como geografias tradicionais –, que predominaram de 1870 a 1950, o impulso de introdução de noções e conceituações de espacialidades. Tais conceitos, ainda que fragmentados, ou seja, não correspondentes a uma unidade conceitual que diz de uma universalidade – ou, totalidade – fenomênica, corroboraram como primeiros passos à compreensão do espaço como fenômeno.

No entanto, essas concepções de espacialidades foram incapazes isoladamente de dar conta do espaço como entidade total, detentor de multiplicidade e polifonia, conformado como um complexo sistema de ações e objetos, reduzindo-o a frações de instâncias analíticas do todo. Entre esses conceituais fragmentos encontram-se os mais notórios: o de *paisagem* e o de *região*. Em torno deles se estabeleceu o horizonte de “discussão sobre o objeto da Geografia e a sua identidade no âmbito das demais ciências”, conforme pontuou Corrêa (2000, p. 17). Esse movimento garantiu por décadas à geografia

¹¹ A capilaridade da antropogeografia de Ratzel, nos Estados Unidos, é em grande medida decorrente do empenho da geógrafa Ellen Churchill Semple, que apesar de dedicada divulgadora das ideias do alemão desse lado do Atlântico, a nosso ver foi também responsável por uma disseminação contaminada de seus fundamentos, com tendência a potencializar os caracteres de determinismo da geografia ratzeliana.

fôlego e uma posição destacada no campo das ciências sociais, coincidindo – mas, não ao mero acaso – com o momento histórico em que a disciplina vivenciou certo esplendor (Cf. Dosse, 2004, p. 351), ainda que marcado por altos e baixos e por uma competição cavalheiresca, mas não menos agressiva, com a história.

Segundo Dosse (2004, p. 352), entre as décadas de 1930 e 1940, os historiadores passaram a ocupar – ainda que por um breve período – um lugar de destaque outrora monopolizado pelos geógrafos na produção de estudos sobre as espacialidades regionais na França. Essa contraofensiva passou a ser desenhada na década anterior, como corrobora Soja (1993), quando os historiadores, como críticos e observadores sociais, descobriram que da história emana uma “perspectiva interpretativa privilegiada”, capaz de se comunicar tanto com extratos acadêmicos quanto populares. Nesse sentido, a geografia passou a ocupar, para esses autores, uma posição subalterna, restrita à descrição exaustiva e laudatória dos fenômenos espaciais.

Dessas geografias modernas que predominaram na Europa na primeira metade do século XX e daquele continente irradiando para outras latitudes e longitudes, destacaram-se duas escolas geográficas: a francesa e a alemã. A primeira, organizada em torno do pensamento e obra de La Blache, e a última configurada do outro lado do Reno, a partir dos trabalhos e do legado teórico de Ratzel. Ambas eram representativas tanto de suas respectivas identidades e projetos nacionais quanto daquilo que Aguirre Rojas (2004) denominou de sensibilidades culturais da moderna Europa. A escola francesa – ou vidaliana, ou mesmo lablachiana –, de sensibilidade cultural mediterrânea, “flagrantemente teórica, reflexiva e filosófica” (Aguirre Rojas, 2004, p. 23). A ratzeliana, por sua vez, aglutinadora de uma sensibilidade norte-europeia, de natureza teórico-analítica, objetiva, austera e pragmática (Aguirre Rojas, 2004, p. 24). Escolas geográficas que em certa medida nascem rivais – ou, já imersas e contaminadas pelas rivalidades nacionais entre Alemanha e França – porque envoltas no contexto de disputa entre os dois países pela região da Alsácia-Lorena. Nesse sentido e não por acaso, coube a um homem de fronteira, a Fernand Braudel, e não a Marc Bloch e Lucien Febvre, o impulso de incorporação do repertório conceitual ratzeliano aos *Annales*. Mas isso é outra face da história.

Edificada sobre as bases dessa sensibilidade norte-europeia, imersa na disputa binacional pela Alsácia-Lorena, e, claro, emulsificada pelos sensíveis temas políticos de uma Alemanha recém unificada por Otto Von Bismarck, a geografia de Ratzel privilegiou o estudo

do impacto do mundo natural nas sociedades, sugerindo que a combinação de fatores como clima, relevo, cobertura vegetal, hidrografia, etc. incidem de maneira a determinar as sociedades. Em *Antropogeographie*, esse enfoque se ampara de maneira considerável em certas inclinações ao naturalismo, ao positivismo e ao darwinismo (Cf. Moraes *In* Ratzel, 1990, p. 12-13; Claval, 2006, p. 76). Um “reducionismo naturalizante” potencializado por características que Moraes (*In* Ratzel, 1990, p. 12-13) descreveu como “próprias da ciência geográfica” do período, que apresentava uma aguda tendência à associação entre fator físico e fator humano. De *Antropogeografia* emana um caráter insolúvel de dependência do homem às forças da natureza, ainda que esse determinismo do mundo do natural sobre o mundo do social também seja de algum modo por Ratzel declarado como limitado.¹²

O homem pode, portanto, considerar-se como um ser independente em comparação ao animal, que é muito menos, pelo fato de que graças a seu intelecto o homem está livre dos vínculos da sua constituição natural. Contudo, para conquistar esta liberdade é necessário por outro lado que ele utilize habilmente os recursos que a natureza circundante lhe oferece. Portanto esta liberdade no fundo não é senão um dom da natureza, não porém um dom espontâneo, mas tal que deve ser conquistado a duras penas. [...] Basta verificar que junto com o progresso da civilização e com o crescimento das populações vai crescendo a importância da vida econômica para se convencer de que esta libertação não poderá jamais ser absoluta [...] (Ratzel, 1990, p. 71).

Na outra margem do Reno, a corrente geográfica vidaliana era apresentada – também entre os historiadores – como alternativa ao chamado “determinismo” ratzeliano. Amparava-lhe em contraposição à corrente teuta a sensibilidade mediterrânea, lógico-inventiva, que não menos rigorosa. Porém, padecia do mesmo mal: o do aprisionamento epistemológico no debate fator físico *versus* fator humano. Essa corrente, tal como a sua concorrente, realizou-se como expressão teórica e resultado de um horizonte conjuntural. Segundo Claval (2006, p. 76) a geografia lablachiana vinha ganhando terreno na França desde o final da última década do XIX. Primeiro a derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana (1870-71), e, posteriormente, a retomada do controle da região da Alsácia-Lorena durante a Primeira Grande Guerra (1914-1918), concederam o impulso necessário ao estabelecimento de uma geografia que respondesse ao projeto político de unidade nacional. Portanto, de edificação de um nacionalismo através da pacificação interna do país.

¹² As designações determinismo e possibilismo são escorregadias porquanto questionáveis para alguns geógrafos. Privilegiou-se, neste artigo, a manutenção dos termos porque ainda usuais entre os historiadores.

A construção de um projeto dessa envergadura passava, sobretudo, pelo apaziguamento das tensões regionais. Ou seja, pelo reconhecimento da França urbana e industrial de uma França rural e camponesa (Cf. Lencioni, 1999, p. 101). Uma França que, ao largo do século XIX, a centralização em Paris por vezes esqueceu, subestimou ou delegou importância secundária. Uma França de rica diversidade cultural, linguística e física. Oportunamente, Dosse (2004, p. 351) nos recorda que, se essa geografia humana francesa não teve destino análogo ao trilhado por inúmeros geógrafos alemães, muitos dos quais discípulos de Ratzel, é porque a vitória da França na Grande Guerra a libertou das seduções fáceis do ultranacionalismo que recaiu nas décadas seguintes sobre os colegas da outra margem do Reno. Ainda assim, é incabível concebê-la imaculada de sentido político.

Em *Principes de Géographie Humaine*, obra mestra de Paul Vidal de La Blache, refuta-se objetivamente e em desacordo com o pensamento ratzeliano a ideia de determinação última do mundo natural sobre o mundo social. Nesse sentido, o meio surge para além do naturalmente materializado como um constructo social, histórico, atravessado por dinâmicas relacionais, por escolhas. Enfim, por possibilidades. Daí essa corrente também reconhecida como possibilismo. Isso não significa, contudo, que a escola lablachiana se libertasse das amarras da correlação fator físico *versus* fator humano. Pelo contrário, apoiando-se na história e na sociologia, e, inclusive, na antropogeografia de Ratzel, do qual também foi de algum modo discípulo, La Blache concordava em alguma medida com a ideia de aprisionamento humano ao mundo natural: “O problema consiste em dosear as influências sofridas pelo homem, em aceitar que uma certa dependência de determinismo atuou no decurso dos acontecimentos da História.” – advertiu (La Blache, 1954, p. 29). Porém, na obra vidaliana, e, em contraposição a Ratzel, essa dose de determinação do mundo natural sobre o mundo social não era derradeira, predestinada. Afirmar que há uma “certa dependência de determinismo” não é o mesmo que conceber que a “liberdade no fundo não é senão um dom da natureza” e que “a libertação [do mundo natural] não poderá jamais ser absoluta”, conforme defendeu Ratzel (1990, p. 71).

Na geografia de Paul Vidal de La Blache, o espaço como ideia e as espacialidades dela resultantes se realizam também como possibilidades históricas. Como exemplificou de maneira pedagógica o geógrafo lusitano Fernandes Martins (In La Blache, 1954, p. II – III) “Se pudessemos formular a lei: todas as ilhas fazem dos seus íncolas navegadores”, o possibilismo lablachiano nos demonstraria que “a realidade é outra”, dado que, “nem todas

as ilhas foram berços de navegadores – a Inglaterra só em período adiantado da sua história volveu países de marinheiros”. Essa perspectiva de possibilidades concebida a partir da geografia vidaliana e que reconhecia a força da dinâmica da história no processo constitutivo das sociedades caiu como luvas nas mãos artífices dos *Annales*. Principalmente, porque também ofertava um repertório conceitual de simples assimilação e de plástica instrumentalização, como ocorre com os conceitos de *meio* e *região*.

Em La Blache, o conceito de *meio* é referente ao quadro geral das condições físicas (tais como, relevo, clima, solo, etc.) que incidem sobre o realizar humano. Ou seja, sobre o qual eles agem, interatuam, adaptam-se, dentro de um leque de possibilidades (Cf. Martins *In* La Blache, 1954, p. V). Por sua vez, o conceito de *região* diz de um dado fragmento de espaço que apresenta “características físicas e socioculturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraizaram os homens ao território (Lencioni, 1999, p. 100). Trata-se, por seu turno, do conceito lablachiano mais difundido entre os historiadores, apesar de não menos problemático em vista do teor fragmentário e de sua natureza eurocêntrica.¹³ Nesse sentido, e tomando como balizas tanto o fator físico quanto o fator humano, é mais factível, e, portanto, visível, essa homogeneidade num continente compacto como a Europa do que nas Américas. O compartilhamento de uma história mais ou menos comum, a introdução de uma modernidade mais ou menos sincrônica e os acidentes geográficos que demarcam com maior clareza os territórios conformam elementos importantes que concebem maior visibilidade a um certo sentido de homogeneidade. Como afirmou o próprio La Blache (1954, p. 34), enquanto o *meio* “parece ser a própria lei que rege a geografia dos seres vivos”, a *região* “representa um domínio, onde se uniram artificialmente seres díspares, que aí se adaptam a uma vida comum”.

Na antropogeografia de Ratzel não somente o espaço como noção, mas também um certo conceito de espaço se faz presente. Claro que aquém de um conceito-chave, um uno universal, apresentando-se *pari passu* como fragmento de um todo (Cf. Corrêa, 2000, p. 17; Sposito, 2004, p. 88). Ou seja, como divisão abstrativa e analítica da totalidade do espacial. Realiza-se ora de maneira explícita pelo conceito de *Lebensraum* (espaço vital), ora

¹³ A homogeneidade que sustenta o conceito de região é mais visível em Europa do que nas Américas. Isso não quer dizer que os países europeus careçam de diversidade, mas que essas diferenças e seus contrastes se apresentam mais perceptíveis na conformação espacial.

implicitamente como *Landschaft* (paisagem).¹⁴ Neste caso, Claval (2006, p. 73, p. 86) nos lembra que o termo paisagem já utilizado pela geografia teuta desde A. Humboldt e imbuído de um vigoroso sentido darwinista. O *landschaft*, em Ratzel, diz respeito não somente àquilo que aos olhos é revelado quanto de características naturais, mais ou menos homogêneas, predominantes num determinado território (Cf. Claval, 2006, p. 86). Por sua vez, o conceito de *espaço vital* é estruturado a partir da mensuração da disponibilidade de recursos e a densidade populacional de um território (Cf. Moraes, 1990, p. 23; Corrêa, 2006, p. 86). Ou seja, a partir da correlação entre oferta e procura de recursos, revelando ênfase teórica na relação espaço e poder: a “história nos ensina que o solo é a base mais real da atividade política do homem; e a ciência política verdadeiramente positiva tem um importante conteúdo geográfico [...]” (Ratzel, 1990, p. 81). Destaque, na frase, ao uso da denominação “positiva”.

Em ambas as proposições, dois interditos de natureza teórico-conceitual decorrem das ideias de espaço e de espacialidades fundamentadas por essas escolas geográficas nacionais: a) o de naturalização; e, b) o de fragmentação. No primeiro caso, tal como já levantado neste artigo, essas noções de espaço e de espacialidades foram direta ou indiretamente herdeiras de uma concepção do espacial de matriz biológica. Ou seja, advindas das ciências naturais e assimiladas pela geografia ao largo do século XIX. No caso da antropogeografia de Ratzel, essa capilaridade é mais notória dado o teor darwinista presente na concepção de *paisagem*. Não obstante, como leitor do geógrafo alemão, em La Blache ela se manifesta por assimilação, recicla-se e se apresenta menos rígida no conceito de *região*. Por naturalização, entende-se certa tendência de determinação do mundo natural sobre o social. Uma emboscada labiríntica que o possibilismo de La Blache tentou com algum sucesso safar-se, mas não sem traumatismos. E isso por ordem tautológica: tanto o homem vidaliano como o homem ratzeliano eram mais do que agentes transformadores, prisioneiros incondicionais do mundo natural.

Pesem as transformações impulsionadas em pouco mais de cem anos pelas modernidades introduzidas pela Revolução Industrial, esse homem de *début de siècle* era sobretudo um refém de um leque de escolhas limitado, de possibilidades engessadas pelas intempéries impostas por ordem e força da natureza, sua última e derradeira fronteira. Um

¹⁴ O conceito ratzeliano de *paisagem* foi, em grande medida, tributário do conceito de *paisagem cultural* de Otto Schlütter.

homem demasiadamente agrário, ainda que pulsante o crescimento vertiginoso das cidades na Europa e nos Estados Unidos. Um homem afeiçoado e arraigado às tessituras de tradições seculares propaladas desde os campos, das planícies e das montanhas do interior e que via o seu mundo razoável e secularmente estável se esvanecer numa rapidez descomunal com o incremento técnico-científico e as grandes guerras industriais, totais. Mais ainda, um homem cuja sobrevivência enrijecida pelas variabilidades climáticas, pelas regularidades sazonais, pelas características do solo da *região*, e, sobretudo, pela disponibilidade de recursos do entorno. Nesse sentido, tanto as ideias de espaço ratzeliano quanto de espaço lablachiano foram rebentos de uma época, de um estar no mundo que incidiu sobre uma compreensão particular do espaço e de seus fenômenos, sublimando em diferentes graus de intensidade à primazia das esferas do biológico e do físico. Decorre daí a insolvência entre fator humano e fator físico nessas concepções de espaço. O lunar sempre um espelho do sublunar – e, vice-versa.

Quanto à fragmentação, esta foi realizada desde o interior das proposições emanadas por essas escolas geográficas nacionais a partir do estilhaçamento conceitual. Noutras palavras, concepções de espaço que a fim e a cabo privilegiavam certas escalas e a subdivisão do *corpus* espacial. Elas surgem como tentativas até certo ponto bem-sucedidas de superação de antigos critérios mais frágeis e igualmente fragmentários. Por exemplo, antes da contribuição possibilista, uma concepção de região – algo parecido ocorreu com a paisagem – dizia respeito a uma mera divisão administrativa esboçada a partir de sua distância em relação a determinado centro (Cf. Lencioni, 1999, p. 100). O salto possibilista é qualitativo: alarga-se a compreensão à medida que *região* passa ser uma fração de um todo espacial conformada num sentido de unidade dado por identidades culturais (de gêneros de vida) e naturais (relevo, clima, bioma, etc.). Todavia, conserva-se o estatuto de fração. Os benefícios desse fracionamento são conhecidos tanto por geógrafos quanto por historiadores: o estabelecimento de recortes mais precisos e uma manipulação mais plástica, amigável até, do objeto e de seus fenômenos. Afinal, uma coisa é o estudo do Languedoc; outra bem distinta, a lide com um recorte como o Atlântico. Em contrapartida, a manutenção dessa fragmentação cobrou um preço alto.

Os limites operacionais dessa fragmentação foram enumerados por Barros (2017), tomando como referencial o próprio conceito de *região*, um dos mais utilizados pelos historiadores. Ele os apresenta em ordem decrescente de importância: a) totalidade; b)

âmbito de estudo; c) operacional, e, d) definição (Barros, 2017, p. 35). Por esse último, a região pode ser tudo e nada ao mesmo tempo, assim como o que é região para a sociologia, não o é para a geografia. Até aí, nada de novo, porque semelhante problemática pode incorrer quando de uma definição de espaço disciplinarmente engessada. Os interditos de definição, por sua vez, decorrem do anterior, de critérios operacionais impulsionados pelo âmbito de estudo. Como no jogo de derrubar dominós enfileirados, define-se região a partir de uma lente orientada pelo crivo disciplinar (região econômica; região política; região administrativa; etc.), cada qual definida tomando como fundamentação inclinações meramente práticas, operacionais. O que ocorre é a flexão do objeto – portanto, também do conceito – ao enfoque de interesse de estudo. Um economista terá uma região econômica; já o politólogo uma região política. O resultado dessa operação é problemático: “a região [...] nem sempre é aquilo do que se parte, mas também aquilo ao qual se chega” (Barros, 2017, p. 43). Objetiva-se de antemão o objeto. Quem o olha, o vê direcionado pela lente do pesquisador. Chega-se, portanto, num ponto nevrálgico: o conceito não é universal, tampouco diz da amplitude fenomênica. Ele é objetivado de fora para dentro. Cria-se uma distorção da realidade, da abrangência e da profundidade do fenômeno. Este é estilizado a fim de satisfazer o anseio de objetividade do pesquisador e do campo de pesquisa. Porém, à medida que a forma conceito é conservada, o seu conteúdo é parcialmente esvaziado e o processo analítico comprometido.

Esses movimentos de naturalização e fragmentação do espacial realizados desde as contribuições das escolas geográficas nacionais – pertinentes e possíveis em seu momento histórico – demonstraram seus limites na disciplina geografia à medida que: a) após o término da Segunda Guerra Mundial, o incremento de novas técnicas fez-se cada vez mais de maneira caótica e acelerada, incidindo na conformação de espacialidades mais artificializadas; b) decorrente do anterior, a geografia viu-se obrigada a reavaliar a eficiência epistemológica dessas noções de espaço, e, portanto, desses conceitos fragmentados. Tornou-se perceptível que a herança da naturalização carrega de maneira intrínseca não somente o problema da insolvência fator físico *versus* fator humano, mas conduz ao beco sem saída do determinismo. A fragmentação como recurso único, por sua vez, faz perder de vista na análise a tessitura da complexidade e as mônadas da rede constitutiva do fenômeno, deixando escapar sua completude. Somados os interditos de naturalização e fragmentação o que temos como resultado das operações teóricas impulsionadas pelas

geografias modernas são noções demasiado simplificadoras, ingênuas até, de espaço. Trata-se, por fim, de concepções que levam à *lisificação* do espaço.¹⁵

Chegada: os *Annales* e a herança das geografias modernas

O sucesso das variedades e modalidades de história produzidas pelos *Annales* ao largo de suas gerações e do século XX decorreu em grande medida da capacidade de se apoderar e de adaptar à história procedimentos e linguagens provenientes de ciências vizinhas (Dosse, 1992, p. 15; Reis, 2000, p. 37). Essa característica da corrente historiográfica francesa, presente desde a fundação de revista homônima, os *Annales d'histoire économique et sociale*, em 1929, deveu-se à capacidade dos pais fundadores, Marc Bloch e Lucien Febvre, de captar em seu momento a própria crise do sujeito histórico e da história (Reis, 2000, p. 37). Essa inclinação à convergência sobreviveu assim dentro da corrente, perpassando gerações, como uma tradição, não herdada e mantida passivamente, mas sim, como movimento de *tradição-ruptura*, fenômeno igualmente observado por Cardoso Junior (2001, p. 177-192) e por Aguirre Rojas (2004, p. 32).¹⁶

No caso da aproximação dos *Annales* com a geografia, deve-se observar que: a) tratou-se de uma tradição instaurada na corrente ainda durante a primeira geração (ou, fase da revista); b) observadas algumas rupturas, manteve-se mais ou menos constante até a terceira geração; e, c) foi operada para além da simples importação de repertório conceitual, realizando-se como projeto de unificação dominadora à medida que concebia novas propostas ou concepções do saber-fazer história. Nesse último caso, destacam-se a geografia histórica e a geohistória. Aquela realizada pelos pais fundadores, em especial por Febvre, como uma história de base geográfica a partir do impulso de revitalização da disciplina, concedendo-lhe um caráter mais científico frente aos desafios impostos pelo então alvorecer do século XX. A geohistória, por sua vez, foi concebida pela genialidade de

¹⁵ O conceito de *lisificação* diz respeito a certas tendências de simplificação do espacial por meio da utilização de conceitos fragmentados e de concepções de naturalização ou coisificação do espaço. Ele foi apresentado e trabalhado no capítulo 4 da tese, intitulado “A geohistória de Milton Santos: categorias, conceitos, temporalidades”.

¹⁶ Enquanto Cardoso Junior utiliza o conceito de *tradição-ruptura* a fim de caracterizar esse fenômeno ambíguo de permanências e descontinuidades nos *Annales*, Aguirre Rojas o observou a partir dos termos contínuo e descontínuo. No caso do empréstimo conceitual e de sua adequação ao saber-fazer historiográfico, o movimento se manteve ao longo das três gerações da corrente francesa, mas caracterizado pelo rompimento com movimentos anteriores à medida que cada geração a seu momento buscou essa importação conceitual em diferentes ciências sociais.

Fernand Braudel a partir de *O Mediterrâneo*, realizando-se não como uma variedade a mais do saber-fazer história, mas como autêntica e particular concepção de história, ou seja, como manifestação da própria concepção braudeliana de história. Irrefutável, portanto, que tanto a geografia histórica levada como projeto pelos primeiros *Annales* quanto a geohistória braudeliana foram herdeiras de uma base geográfica comum.¹⁷ Logo, condicionadas a repertórios conceituais geográficos extraídos de fontes em comum: das escolas nacionais da geografia moderna.

No caso de Febvre, o interesse pela obra vidaliana despontou ainda no período em que o historiador cursou a Escola Normal Superior, participando de seminário ministrado por Vidal de La Blache (Burke, 1997, p. 23-24). Essa herança é perceptível, por exemplo, em livros como *La terre et l'évolution humaine* (1922) e *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle: la religion de Rabelais* (1942), obras em que a geografia lablachiana e a história se entrelaçam graças às dinâmicas que costuram as relações e as percepções dos homens no tempo com o espaço. Na primeira, pensando a relação entre *meio* e sociedade (Barros, 2017, p. 133), e na segunda, refletindo sobre as concepções seiscentistas de tempo e espaço, que, além de imprecisas, eram deveras distintas daquelas conferidas pelas sociedades industriais (Burke, 1997, p. 41). Por esse caminho, e, desde o ponto de vista da história, Febvre demonstrou o potencial da geografia vidaliana à história, mas em contrapartida instituiu a centralidade da história como edifício analítico do possibilismo, reforçando por intermédio de robustos casos históricos que diferentes sociedades em diferentes épocas apresentam respostas distintas na mecânica relacional com o *meio*.

O geógrafo Guilherme Ribeiro (2011) nos recorda que coube a Febvre a responsabilidade de difundir em *La terre et l'évolution humaine* equívocas porque pejorativas chancelas de possibilismo à corrente vidaliana, e, por conseguinte, de determinismo à contribuição de Ratzel. Também para o geógrafo decaiu sobre o francês a responsabilidade de propalar entre os historiadores uma distorção: a de uma “Geografia modesta”, diminuída, incapaz de aportar para além da análise do fator físico (Cf. Ribeiro, 2011). Uma “geografia fixa”, conforme Lira (2008). Mais além, o que Febvre realiza em última instância é “uma caracterização imprecisa e caricatural da obra vidaliana e da Escola

¹⁷ No artigo *Fernand Braudel e Vidal de La Blache: Geohistória e História da Geografia*, a geógrafa Larissa Alves de Lira reproduz interessante levantamento de sua autoria em que demonstra que La Blache foi o autor mais citado por Braudel na primeira parte de *O Mediterrâneo*. Segundo a pesquisadora, essa e outras constatações levantadas no artigo respaldam a influência do geógrafo francês na produção braudeliana (Cf. Lira, 2008).

Francesa de Geografia” (Ribeiro, 2011, s/p). No entanto, “ele [La Blache] se tornará a principal fonte geográfica dos historiadores” porque “os estudos regionais promovidos por ele e sua escola contribuíram para o alargamento dos conhecimentos históricos” (Ribeiro, 2010, p. 43). A estratégia de Febvre era clara, assim como posteriormente foi a de Braudel: a de apropriação das demais ciências sociais a fim de instaurar a história como ciência unificadora:

Atenção, meu amigo, se você está saindo da história... releia minha definição, é tão clara...! “Se vocês são historiadores, não ponham o pé aqui: isto é campo do sociólogo. Nem ali: invadiriam o terreno do psicólogo. À direita? Nem pensar, é o do geógrafo... E à esquerda, o do etnólogo...” Pesadelo. Idiotice. Mutilação. Abaixo às divisões e etiquetas! Onde o historiador deve trabalhar livremente é na fronteira, sobre a fronteira, com um pé no lado de cá e outro no lado de lá. E com utilidade. (Febvre, 1997, p. 228 – T.L.A.)

Aqui cabe um parêntese necessário. Todo esse impulso de convergência dos *Annales* com a geografia vidaliana respondeu a uma clara pulsão de sobrevivência, bem como de imperialismo em relação às demais ciências sociais. Mas é sempre bom ressaltar que essa estratégia não foi única e exclusivamente direcionada à geografia, como muitas vezes fazem entender alguns colegas geógrafos. Realizou-se, sobretudo, nas duas primeiras gerações da corrente historiográfica francesa também com outras ciências vizinhas. No caso da aproximação com a geografia, tratou-se de um recurso pragmático de promoção de uma história com uma roupagem mais científica confiando àquela disciplina o estatuto de uma “geografia diminuída” ao almejar esvaziá-la o conteúdo social. Uma operação de êxito, claro: durante boa parte da primeira metade do século XX, com algumas poucas exceções, coube aos historiadores e não aos geógrafos franceses o protagonismo na produção de originais trabalhos em geografia histórica. Porém, o êxito dos *Annales* nesse projeto foi em grande medida uma resposta à própria incapacidade dos geógrafos franceses de se (re)apropriarem do social.

À revelia do caminho trilhado por Febvre, a aproximação de Marc Bloch com a escola nacional francesa da geografia ocorreu durante curta estadia do historiador na Alemanha, entre 1908 e 1909 (Cf. Reis, 2000, p. 87). Como resultado, o aguçamento de Bloch pela geografia de La Blache o acompanhou durante a sua brilhante, mas curta, carreira, brutalmente interrompida pela Gestapo, em 1944. Dois estudos marcaram essa aproximação: *L’Ille de France* (1913) e *Les caracteres originaux de l’histoire rurale française*

(1931). O primeiro caracterizado por promover a elasticidade do conceito de *região* à história (Burke, 2017, p. 134) e o segundo direcionado ao estudo sociocultural “das marcas humanas no campo” (Barros, 2017, p. 26). Ou melhor, de como os grupos humanos interferem no *meio* natural imprimindo características e sentidos culturais próprios, e, não raras vezes, únicos.

A aproximação de Bloch com a geografia de La Blache promoveu um primeiro, mas importante salto qualitativo na concepção de história dos *Annales*. Para Dosse (1992, p. 82), em *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*, o pai mais combativo dos *Annales*, além de equalizar o encontro magistral entre história e a geografia, inaugurou na economia do discurso da corrente historiográfica francesa a percepção sobre a “lentidão da duração”. Posteriormente, essa percepção foi levada a outro patamar por Braudel com a *longa duração* e a *dialética das durações*, demonstrando que coabitam e interatuam na história ritmos distintos: o do homem, o das sociedades e o do *meio* natural. Esse movimento de convergência operado por Bloch, resultante da capacidade de notar que havia na geografia possibilista um tempo-geográfico, transmutou-se com Braudel numa nova e mais completa, portanto, factível percepção do tempo, uma vez que “o tempo histórico dos historiadores encontra o espaço [...], perde seu ritmo vertiginoso e efervescente, para ganhar espessura, densidade, profundidade, lentidão” (Reis, 2000, p. 61).

Mas “nesse mercado comum” também houve um preço cobrado pela aproximação da primeira geração dos *Annales* com a geografia de La Blache. Esse preço diz respeito ao empréstimo de um repertório conceitual que, ainda que operacional e plástico, era de tácita limitação por seu caráter fragmentário e – ainda que possibilista, como arrogava Febvre – também portador em algum grau e medida de certa tendência de naturalização do espaço. Assim, o enfoque historiográfico dessa primeira geração na *região* e no *meio*, conceitos de espacialidades herdados da geografia vidaliana, não foi casual, mas causal. O resultado não poderia ser outro do que a ênfase numa história regional, demasiado rural, até mesmo bucólica. O que não significou menos atraente e dinâmica.

Do ponto de vista metodológico, uma história que buscou compensar com elevado brilhantismo, mas com alguma limitação, a falta – ou seja, os limites operacionais impostos por conceitos fragmentados – de um espaço total, por duas vias. A primeira pela realização de uma *histoire tout court* (história simplesmente) como gostava de afirmar Febvre (Cf.

Burke, 1997, p. 131).¹⁸ A segunda, como evolução da anterior, por uma história global, como preferiu Braudel. Em ambos os casos, a operação realizada pelas duas primeiras gerações dos *Annales* a partir desses empréstimos e adequações conceituais era simples, o que não significa simplista: à geografia cabia compreender o palco da realização humana, o mundo físico, e à história povoá-lo com homens e compreendê-lo *tout court* a partir da complexidade e abrangência das dinâmicas sociais. No caso específico de Braudel, o estudo da geógrafa Larissa Alves de Lira endossa essa constatação, denominando-a de “circulação”:

Fernand Braudel enxerga o espaço numa relação de dicotomia e unidade, e em escala. A unidade é dada pela circulação, e neste sentido, aceita os contrastes. De acordo com o desenvolvimento das técnicas, muda-se a escala, pois falamos de circuitos cada vez mais amplos. Montanhas e planícies que se unem pela transumância; o deserto e o Mar, na escala do Mediterrâneo, que se unem pelas caravanas; O Mediterrâneo do Ocidente e do Oriente, que se tocam pela navegação de cabotagem de pequenos barcos; o Mediterrâneo e o Atlântico, na escala do mundo, unidos pelos grandes veleiros. São diferentes unidades de que se fala, construídas ao longo da história (Lira, 2008, s/p).

Ocorre que, à diferença dos antecessores, F. Braudel compreendeu as limitações e implicações impostas pela importação dos conceitos lablachianos (de *região* e *meio*) à operacionalização de sua história global. Não que as tenha rechaçado, mas buscou contrabalanceá-las. Por isso, amparou-se na escola geográfica alemã de Ratzel buscando um referencial, uma saída. Mantinha-se dessa maneira a tradição de diálogo com a geografia, inclusive, com a de La Blache, mas em medida análoga instaurava-se uma ruptura. Na historiografia, reina de maneira consabida a defesa dessa compreensão nevrálgica. Autores como Dosse (1992, p. 139-140), Aguirre Rojas (2003, p. 43-44), Cardoso Junior (2011, p. 14-15) e Barros (2017, p. 138) reforçam o caráter de determinismo presente em *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Phillippe II*, o marcante papel dos condicionamentos naturais das civilizações mediterrânicas, de uma adaptabilidade tributária ao *meio* e ao ecossistema.

Todavia, esses autores também reconhecem na obra do historiador francês os limites desse determinismo, dessa naturalização do espacial. Dosse (1992, p. 140) apercebe-se em Braudel que “Muitas vezes o determinismo espacial é utilizado em um sentido e em seu

¹⁸ A *histoire tout court* avançaria para uma História Total, adjetivo empregado por Marcel Mauss. Como História Total pode-se dizer de uma história que busca a totalidade dos fenômenos a partir do rompimento de rígidas barreiras de enfoque. Ela explora tanto aspectos do econômico e do político, quanto do social.

contrário sem justificativa particular”. Já Aguirre Rojas (2003, p. 43-44), ao reconhecer a herança fulgurante de Henri Pirenne no mar-personagem braudeliano, também enxerga no interior do compósito um Mediterrâneo de intercâmbios “que, apoiado nas grandes propriedades territoriais e submetido aos deslocamentos demográficos de sucessivas migrações dos povos revela sua face econômica e social”. Por sua vez, Barros (2017, p. 138) nota uma oscilação entre determinismo e possibilismo, em que a perspectiva mais possibilista preconiza que “os homens instalam-se no meio natural de modo a transformá-lo”. E, não obstante, Cardoso Junior (2011, p. 14), mesmo considerando que os “homens para Braudel são apenas uma interseção do espaço-tempo, um lugar de determinação, enquanto o verdadeiro ator, capaz de realizar mudanças de costumes e atitudes, é o espaço”, mormente reconhece:

Identificar uma veia determinista nos escritos de Braudel não pressupõe uma visão pejorativa. Ainda neste sentido, as descrições de vidas particulares nas montanhas, planícies, desertos, e outros ambientes geográficos da região do Mediterrâneo mostram uma pluralidade de estilos de vida heterogêneos, evitando chegar a generalizações fáceis. Há um equilíbrio entre uma geografia que determina o estilo de vida e outra que permite diferentes formas de sociedades num mesmo ambiente geográfico (Cardoso Junior, 2011, p.14).

Em *O Mediterrâneo*, a aparente atmosfera de unidade geográfica representada pela ideia do espaço-personagem comum líquido, o mar, é paulatinamente destruída quando à geografia se sobressai a história. Na ânsia por dar conta de um monstruoso objeto geográfico quase inerte, mas historicamente vívido, e, principalmente, de amparar a sua teoria da *longa duração*, Braudel busca alento teórico para além do possibilismo vidaliano, mergulhando na antropogeografia de Ratzel. Mas, esses eram os únicos referenciais teóricos, porquanto instrumentos geográficos, que, à época, o historiador tinha em mãos. Braudel reconhecia as limitações dessa geografia de matriz biológica, apercebia-se como genial historiador que era da inclinação do pêndulo da história, mas da naturalização se refugiava quando notava que as regularidades do geográfico, do meio físico, no caso, não são as mesmas que as regularidades da história:

Tenho buscado, por isso, dentro da perspectiva de um estudo geográfico, localizações, permanências, imobilidades, repetições, quer dizer, as regularidades da história mediterrânica, não todas as estruturas ou regularidades monótonas da vida passada dos homens, mas as mais importantes entre elas, as que dizem respeito à existência cotidiana. Essas regularidades são o ponto de referência, o

elemento privilegiado do nosso livro, e constituem suas imagens mais vivas e localizáveis (Braudel, 1976, p. 788-789, T.L.A.).

A geohistória braudeliiana foi refém, em alguma medida e grau de intensidade, de uma concepção de espaço e de conceitos de espacialidades inclinados à naturalização. O equivalente, contudo, desde o aspecto do espaço como ideia, não se corrobora em relação à fragmentação, ainda que prisioneira de conceitos fragmentários. Aliás, nesse ponto, expressa-se em sentido de superação da geografia histórica perpetrada pelos pais fundadores dos *Annales*. Como constatou Lira:

Fernand Braudel enxerga o espaço numa relação de dicotomia e unidade, e em escala. A unidade é dada pela circulação, e neste sentido, aceita os contrastes. De acordo com o desenvolvimento das técnicas, muda-se a escala, pois falamos de circuitos cada vez mais amplos (Lira, 2008, s/p).

O uso de conceitos como *região* e *paisagem* (o *landschaft*) são recorrentes em *O Mediterrâneo*. Porém, a simples aplicação de tais conceitos não reduz o objeto porque Braudel encontra uma solução feliz, ainda que limitada do ponto de vista da naturalização do espacial e impraticável para grossa maioria historiadores: a compensação à falta de instrumentalização conceitual levou Braudel a ver e estudar o mar Mediterrâneo como um Mediterrâneo Maior, a fim de lhe permitir ver a totalidade. Há nisso uma superação do regionalismo e dos limites de fragmentação anteriores, mas uma superação às custas do agigantamento do personagem, o mar. No caso, os conceitos operacionalizam, mas limitam.

Uma história global – e, por conseguinte, a geohistória – de Braudel esquivava-se da edificação de uma história permeada de generalizações e generalidades. Mais ainda, de uma história que se pretende universalizante. Jamais incorre na tendência última de fragmentação concreta do espacial, ainda que operando recursos conceituais limitados. Configura-se como uma geohistória em que o historiador se vê ao mesmo tempo como o observador e como caminhante. De um lado, como o andarilho que ora percorre as ruas, as alamedas, as tendas e os territórios e territorialidades do objeto em estudo, adentrando seus recônditos e entranhas, interpelando seus atores históricos e lançando questionamentos às dinâmicas sociais. E, em outros momentos, sobe às torres das igrejas ou aos minaretes das mesquitas, ou, ainda, ao topo do Gib al Tarik, a fim de observar os frenéticos passos da tresloucada turba humana. Ou então, como um telespectador daquilo

que pela fragrante naturalização considera o imóvel. Nos faz divindades observadoras desde o Olimpo.

Em oposição a seus mestres vidalianos e annalistas, Braudel consegue superar o monopólio imperativo no bucólico, prevendo uma segunda natureza do espacial que inegavelmente histórica. Opera com perícia o abrir e o fechar do diafragma da objetiva geohistoriográfica. No entanto, a limitação conceitual o torna – também por conveniência em defesa da história – um prisioneiro de uma concepção de espaço geográfico inclinada à naturalização. Homem que, em *Châteauvallon*, encontrava-se na intersecção de dois mundos, no hiato de duas geografias, de duas concepções (também geográficas) de espaço: a moderna e a pós-moderna. Herdeiro de uma tradição de naturalização e fragmentação, de escolas geográficas nacionais modernas a serviço cada qual à sua maneira de seus respectivos Estados-nação. O historiador também sujeito histórico.

Considerações Finais

É considerável o contributo das escolas geográficas modernas ao fomento de concepções de espaço e à importação e adequação de conceitos geográficos de espacialidades pelas duas primeiras gerações dos *Annales*. Esse movimento de convergência com a geografia, operado ao longo de quase toda a primeira metade do século XX, levou ao enriquecimento do saber-fazer história na França, mas em um só golpe engessou a disciplina história – não somente naquele país, mas em latitudes outras em que incidiu a influência da corrente historiográfica francesa – à certa limitação no tocante à concepção geográfica de espaço e ao repertório conceitual. Enquanto isso, a geografia marchou na segunda metade do século XX em direção à superação dessas concepções anteriores de espaço e espacialidades geográficas. A partir dos anos 1950, e principalmente a partir da década de 1970, com a geografia crítica, desenvolveu concepções mais abrangentes de espaço geográfico, superando o consabido impasse *fator físico versus fator humano*. O espaço torna-se definitivamente conceito para a geografia, uma unidade que diz de uma universalidade.

A história – pelo menos aquelas variedades emanadas desde o *Annales* – manteve-se de alguma maneira fiel a concepções vidalianas e ratzelianas de espaço e espacialidades, limitando-se ao repertório conceitual herdado e adaptado das escolas geográficas modernas

do final do século XIX e princípio de século XX, irradiadas da Alemanha e da França. O resultado dessa cisão conceitual entre “disciplinas irmãs” culminou ao passo que se tornou público na *di-visão* de concepções de espaço e de devires disciplinares entre o geógrafo Étienne Juillard e o historiador Fernand Braudel nas jornadas de *Châteauvallon*, em 1985. Nesse momento, refletiu não somente o descompasso entre duas gerações epistemológicas, entre distintas concepções de espaço e do papel da geografia como disciplina, mas o quanto a história se manteve refém de uma tradição de repertório conceitual antiga e limitante. Incapaz de dar conta sozinha da totalidade expressada pelo fenômeno, bem como da conformação de outras realidades do espacial pós-Segunda Guerra Mundial. Essas novas configurações impulsionadas pelo incremento cada vez mais veloz e caótico de novas técnicas nos campos dos transportes e da informação, condicionadas e impulsionadas também pelas ciências.

Mas além desses aspectos exógenos, deve-se considerar como determinantes as limitantes particularidades operacionais desse repertório conceitual importado das geografias modernas e adaptado à história pelos *Annales*. Conceitos provenientes tanto da corrente determinista quanto da possibilista que comportam dois interditos: a) o da fragmentação do espacial, e, b) o da tendência de naturalização do espacial. Aquele diz da inclinação de estilhaçar o espaço (um todo) em partículas analiticamente operacionais, mas que invisibilizam a totalidade do fenômeno. No caso da tendência de naturalização, desdobra-se na inclinação de entendimento do fator físico como determinante ou condicionante do fator humano. Nesse último caso, sempre é bom sublinhar que nenhuma das duas escolas geográficas nacionais, por mais que Febvre tenha denominado a ratzeliana de determinista, defendeu total e cegamente que somente o meio natural é determinante das sociedades. Em maior ou menor grau, tais escolas alegavam que coexistia um leque de possibilidades. Mas, enquanto esse leque apresentava-se mais limitado para a corrente ratzeliana, do outro lado do Reno a corrente vidaliana previa uma flexibilidade maior, ainda que a determinação última do meio natural sempre considerável para La Blache.

Os interditos de naturalização e de fragmentação apresentados pelas concepções e conceitos de espaço e de espacialidades dessas escolas observam a influência direta ou indireta do darwinismo e da filosofia positiva. O primeiro, incidindo sobre a tendência de naturalização, e o segundo, sobre a inclinação à fragmentação. Para a história defendida e praticada pelos pais fundadores dos *Annales*, esses denominadores levaram a limitantes

consideráveis. Entre elas, a ênfase nos cenários rurais e o enfoque no regional. Claro que essas escolhas obedeciam a ordens outras que não somente a limitação dada pelo repertório conceitual, mas não há dúvidas que também por ela condicionada. Entre essas outras condicionantes estavam a de ordem temática e a de recortes temporais. Por outro lado, as limitações impostas pelos conceitos eram compensadas pela proposta historiográfica dos *Annales*. Na guerra entre campos de conhecimento, apropriar-se daquilo que é do outro adequando-o às particularidades e necessidades da própria disciplina foi imperativo. O projeto de uma história como unificadora das demais ciências sociais levou as duas primeiras gerações de annalistas à defesa de uma geografia diminuída, esvaziada de homens, para que a história com eles povoasse os espaços esvaziados. Primeiro a história *tout court* e a geografia histórica de Febvre. Depois, a história global e a geohistória de Braudel compensaram ou pelo menos dirimiram a visibilidade dos efeitos latentes da fragmentação, mas não da naturalização. Essa saída às custas de um recorte “geográfico” monumental no caso braudeliano. O legado dessa operação: uma geohistória tida como impraticável, ainda que reconhecida por todos como magnífica, brilhante.

A naturalização do espaço geográfico é um dado considerável na geohistória de Braudel, e, mais ainda, na geografia histórica dos antecessores. Quiçá permanente nas modalidades pós-braudelianas de história, que utilizam as espacialidades como entidades objetivas. Ela imputa aos historiadores uma visão distorcida do fenômeno espaço na contemporaneidade, a da coexistência irreal porque antagônica entre duas concepções do espacial: a geográfica (diminuída a aspectos do mundo físico) e a histórica (aberta à amplitude do social). Patogênese no campo.

O desafio de refletir sobre o que há de inquieto, e, concomitantemente, sobre o que nos suscita inquietação quando pensamos e escrevemos a história, interpõe o exercício de revisão dos cânones, dos instrumentais conceituais e o reconhecimento, sobretudo, de que a história e a geografia não são disciplinas imóveis. Cabe então aos historiadores do século XXI a pergunta: naturalização do espaço essa concebível em nossos dias? Resta-nos uma avaliação mais demorada. Inclusive, o questionamento dos porquês da insistência entre os historiadores do contemporâneo em beber da fonte de correntes geográficas que, outrora, dialogando com o espaço de seu tempo, em alguma medida instauraram essa tendência de naturalização do espacial. Isso vale quanto aos usos indébitos e deslocados da fragmentação. O fetiche da fração do espaço geográfico sem a devida leitura da totalidade

em que está inserido é outra – e decorrente – realidade. Esses questionamentos decaem sobretudo aos historiadores do contemporâneo. Àqueles que estão às voltas com espaços cada vez mais artificializados. O que nos tem a dizer, por exemplo, essas concepções e conceitos legados pelas geografias modernas e importados pelos *Annales* sobre a conformação do espaço e das espacialidades nos últimos oitenta anos? As perguntas são muitas, porém necessárias. Elas urgem!

Referências Bibliográficas

AGUIRRE ROJAS, C. A. *Fernand Braudel e as Ciências Humanas*. Trad. de Jurandir Malerba. Londrina: Eduel, 2003.

AGUIRRE ROJAS, C. A. *Uma História dos Annales: 1921-2001*. Trad. de Jurandir Malerba. Maringá: EDUEM, 2004.

BARROS, José D'Assunção. *História, Espaço, Geografia: diálogos interdisciplinares*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. de Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BRAUDEL, Fernand. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*. Tomos I e II. Trad. de Mario Monteforte Toledo, Wencesalao Roces y Vicent Simón. 2ª ed. Madrid: FCE, 1976.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. Trad. De J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. 3ª ed. Col. Debates, nº 131. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. Trad. de Nilo Odalia. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. Visão de Vidal de La Blache a respeito de Friedrich Ratzel. *Soc. & Nat.*, Uberlândia, 26 (3): 419-432, set-dez. de 2014.

CARDOSO JUNIOR, H. R. O conceito de região e seus problemas filosóficos: significado epistemológico da história regional e a constituição histórica do “espaço liso” e do “espaço estriado”. *Revista Tempo, Espaço e Linguagem*, v. 2, n. 3, p. 7-21, set/dez. de 2011.

CARDOSO JUNIOR, H. R. *Tramas de Clio: convivência entre Filosofia e História*. Curitiba: Editora Aos Quatros Ventos, 2001.

CHATEAUVALLON, Jornadas Fernand Braudel. *Fernand Braudel e a História*. Col. Teorema. Trad. de Pedro Jordão. Lisboa: Editorial Teorema, 1987.

CLAVAL, Paul. *História da Geografia*. Trad. de José Braga Costa. Lisboa: Edições 70, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à nova história*. Trad. de Dulce da Silva Ramos. São Paulo; Campinas, SP: Ensaio/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

DOSSE, François. *Historia del Estructuralismo: el canto del cisne, 1967 hasta nuestros días*. Tomo II. Trad. De María del Mar Llinares. Madrid: Ediciones Akal, 2004.

FEBVRE, Lucien. *Combates por la Historia*. Trad. de Francisco J. Fernández Buey y Enrique Argullos. Barcelona: Editorial Ariel; México, DF.: Editorial Planeta, 1997.

KOSSELLECK, R. *Historias de Conceptos: estudios sobre a semântica y pragmática del lenguaje político y social*. Madrid: Editorial Trotta, 2012.

LA BLACHE, Vidal. *Principios de Geografía Humana*. Trad. de Fernandes Martins. Lisboa: Edições Cosmos, 1954.

LACOSTE, Yves. *La geografía: un arma para la guerra*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1977.

LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Trad. de Emilio Martínez Gutiérrez. Col. Entrelíneas. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp, 1999.

LIRA, Larissa Alves de. Fernand Braudel e Vidal de La Blache: Geohistória e História da Geografia. *Confins* [Online], 2, 2008.

PÉGUY, Charles-Pierre. L'univers géographique de Fernand Braudel, *Espaces Temps. Braudel dans tous ses états. La vie quotidienne des sciences sociales sous l'empire de l'histoire*, n. 34-35, p. 77-82, 1986.

RATZEL, F. *Antropogeografia*. Col. Grandes Cientistas Sociais, nº 59. Introdução de Antônio Carlos Robert de Moraes. Trad. de Fátima Murad e Denise Bottman. São Paulo: Ática, 1990.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em História*. 2ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 2000.

RIBEIRO, Guilherme. *Interrogando a ciência: a concepção vidaliana da geografia*. *Confins* [Online], 8, 2010.

RIBEIRO, Guilherme. A geografia e o desafio da modernidade: La France de l'Est (Lorraine-Alsace) cem anos depois, *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. [Online], vol. XVI, n. 934, Barcelona, 30 de julio de 2011.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço Geográfico: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2017.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SPOSITO, Eliseu. *Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

VERDIER, Nicolas. La memoria de los lugares: entre espacios de la historia y territorios de la geografía. In: ORTEGA CANTERO, Nicolás; GARCÍA ÁLVAREZ, Jacobo; MOLLÁ RUIZ-GÓMEZ, Manuel (Org.). *Lenguajes y visiones del paisaje del territorio*. Madrid: UAM Ediciones, 2010, p. 209-217.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História; Foucault revoluciona a História*. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

WATSON, Peter. *Convergencias: el orden subyacente en el corazón de la ciencia*. Trad. de Joan Lluís Riera. México, DF: Crítica, 2018.